

Companhia do Metrô Bahia

**Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2017 e Relatório
dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balanço patrimonial	12
Demonstração do resultado	13
Demonstração do resultado abrangente	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Ao acionista

É com grande satisfação que apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia do Metrô da Bahia, acompanhado das Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2017 e do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia tem como objeto social exclusivo realizar a exploração da concessão patrocinada do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL), outorgada pelo Estado da Bahia, na modalidade de Parceria Pública Privada (PPP), pelo prazo de 30 anos (de 2013 a 2043), compreendendo sua implantação, operação e manutenção de todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, sem se limitar, a execução de serviços e obras, aquisição de equipamentos, adequação e revitalização de trens, montagens, manutenção e operação dos Terminais de Integração de Passageiros, implantação e gestão do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, e os demais atos correlatos ao cumprimento do Contrato de Concessão.

O metrô contribuirá de forma decisiva para a redução dos gargalos que dificultam a mobilidade da cidade de Salvador e região metropolitana.

1.3. Destaques de 2017

No ano de 2017, foram investidos R\$ 1,3 bilhões em obras de implantação do Sistema Metroviário Salvador a Lauro de Freitas. A Companhia mantém seu principal objetivo de concluir sua implantação em 2018, integrando gradativamente sua malha metroviária com os sistemas de ônibus urbanos e metropolitanos.

Neste exercício, a Companhia conduziu a implantação das atividades correlatas ao cumprimento do Contrato de Concessão, tendo os seguintes destaques: (i) Entrada em Operação Comercial de oito novas estações da Linha 2, a saber: Pernambuco, Imbuí, CAB, Pituaçu, Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz e Mussurunga; (ii) Foram concluídos 15 km de via permanente, totalizando 29 km de extensão em operação entre as Linhas 1 e 2; (iii) Entrega de três novos viadutos: Ferreira Costa, Alphaville e Stella Maris; (iv) Reforma e ampliação do Terminal de Ônibus de Mussurunga; e, (v) Conclusão da primeira etapa do novo sistema viário de Lauro de Freitas.

Em 25 de julho, foi assinado o Termo Aditivo nº 4 ao Contrato de Concessão, tendo como escopo principal o reequilíbrio econômico e financeiro de investimentos não previstos e realizados, bem como, o desmembramento de eventos de aportes.

Em 2017, foi concluída a integração tarifária de todas as linhas urbanas e metropolitanas com o sistema metroviário, sendo a capital baiana a única capital brasileira a possuir a integração plena entre ônibus urbano, metrô e ônibus metropolitano, pagando uma única tarifa.

Durante o ano, foram recebidos seis novos trens no Pátio Pirajá, completando a frota prevista no contrato de concessão - 40 trens - sendo 34 novos e 6 que foram revitalizados no início da concessão.

Em 2017, a concessionária conquistou reconhecimentos importantes como o Prêmio Ouvidorias Brasil pela atuação de destaque da área desde o início da sua operação, o 5º Prêmio de Construção Civil da Bahia e Prêmio Ferroviário Padrão, da Revista Ferroviária.

Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado um contrato de financiamento suplementar com o BNDES no valor de R\$ 640.000.

E até o final do ano, quando completou 3 anos e meio de operação, a concessionária chegou à marca de 66 milhões de passageiros transportados.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. O Mercado

O SMSL está inserido em uma região de grandes polos geradores de tráfego nos municípios de Salvador e Lauro de Freitas, tendo como destaque os setores de comércio, serviços, educação e saúde. A implantação do SMSL possibilita mais benefícios sociais e qualidade de vida, expressos pela redução do tempo de viagem despendido pela população e pela redução da emissão de poluentes. Essa implantação tem como objetivo modernizar e solucionar parte dos problemas relacionados à mobilidade urbana da região, reestruturando o sistema viário, integrando com outros modais e proporcionando um sistema de transporte coletivo eficiente.

2.2. Desempenho da Companhia

Em R\$ mil	2017	2016	Varição %
Receita operacional	2.159.523	1.908.928	13%
Custos e despesas totais	-2.013.922	-1.845.833	9%
Resultado Financeiro	-140.316	-159.585	-12%
Lucro líquido	1.931	-65.546	-103%
Dívida Bruta	3.890.759	3.445.429	13%

2.2.1 Receita Operacional

A receita metroviária em 2017 totalizou R\$ 90.743 (251% superior a 2016) e representou 84% do total da receita (exclusive receita de construção e receita de remuneração dos ativos). O incremento da receita metroviária é consequência da entrada de oito novas estações em operação comercial, no decorrer do ano de 2017.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os custos e despesas apresentaram um aumento de 9% em comparação a 2016. O principal motivo dessa variação está relacionado a estruturação das oito novas estações que entraram em operação.

2.2.3 Resultado financeiro

No ano de 2017, o resultado financeiro foi de R\$ 140.316 e representa uma melhora de 12% em relação ao obtido em 2016, que foi de R\$ 159.585. Essa redução ocorreu principalmente devido à reestruturação parcial da dívida e da queda da taxa de CDI ocorrida em 2017 em relação a 2016.

2.2.4 Lucro Líquido

Em 2017, verificou-se uma reversão no prejuízo líquido de R\$ 65.546 apurado em 2016, atingindo-se um lucro líquido de R\$ 1.931. Essa performance é decorrente do incremento de receita com a ampliação da malha metroviária e entrada em operação de novas estações.

2.2.5 Dívida

Em 2017, a dívida bruta consolidada alcançou R\$ 3.890.759, em comparação a R\$ 3.445.432 em 2016.

2.2.6 Eventos relevantes para o mercado

Em março de 2017, por meio da 4ª Emissão de Debêntures, a Companhia captou R\$ 250.000.

Em dezembro de 2017, a empresa contratou junto ao BNDES um financiamento suplementar de longo prazo, no valor de R\$ 640.000.

2.3 Perspectivas

Em 2018, deverão estar concluídas as implantações dos Terminais de Integração de Ônibus de Pituaçu e Aeroporto, juntamente com a estação de metrô do Aeroporto. Esses eventos, juntamente com a progressiva integração física de ônibus, remetem a uma expectativa de crescimento significativo na demanda de usuários.

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, e subsidiária integral da CPC (Companhia de Participações em Concessões).

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo Leonardo Vianna o Presidente do Conselho e demais membros efetivos: Roberto Vollmer Labarthe e Arthur Piotto Filho. A Diretoria, composta por cinco membros, foi eleita pelo Conselho de Administração: Luis Augusto Valença de Oliveira (Diretor Presidente), Sami Farah Junior (Diretor Administrativo Financeiro), Rodolfo Daniel Gonzalez (Diretor Operacional), Juvêncio Pires Terra (Diretor de Engenharia) e Cláudio Augusto Soares de Andrade (Diretor de Implantação de Sistemas e Material Rodante).

3.2 Gestão de Pessoas

Sabemos que o sucesso do negócio depende de profissionais devidamente qualificados e comprometidos com os objetivos estratégicos da empresa. Para isso, é necessário assegurar atração, retenção e desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2017, investimos na estruturação do quadro de pessoal da Companhia, seguindo as contratações, treinamentos e qualificações de colaboradores, visando a implantação do modelo de gestão, normas e procedimentos do Grupo CCR. Encerramos o ano com 1.492 colaboradores diretos atuando na concessionária e aproximadamente 3.623 atuando na implantação das obras e sistemas, totalizando 5.115 colaboradores envolvidos no projeto.

Foram investidos R\$ 1.300 em programas de capacitação dos colaboradores, correspondendo a 169 mil homens horas treinados. Além disso, conferimos aos nossos colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev PGBL, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S/A e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem-estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

4. Sustentabilidade

Desde sua estruturação, em 1998, o Grupo CCR tem o objetivo de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais de seus negócios. Por isso, incorpora continuamente as melhores práticas de governança e de gestão da sustentabilidade, de forma transversal, em todos os modais que administra.

Anualmente, em seu site, o Grupo CCR divulga o Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS), de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e do Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC), padrões internacionalmente reconhecidos para a prestação de contas do desempenho em sustentabilidade. As informações que atendem aos protocolos e diretrizes da GRI são verificadas por empresa externa, a partir de um processo que envolve a avaliação dos dados, dos processos e sistemas de gestão e das evidências apresentadas.

Em 2017, o RAS passou a estar em conformidade com a GRI Standards, a mais atual norma global para a comunicação dos impactos e benefícios socioambientais dos negócios. Antes disso, em 2016, a companhia conduziu um novo estudo de materialidade que permitiu (i) identificar os temas da sustentabilidade mais importantes para a tomada de decisão dos *stakeholders* e (ii) priorizar os temas com abordagem específica para os modais em operação.

Na divulgação de seu desempenho, o Grupo CCR, convidado para fazer parte do grupo de empresas *frontrunners* do Relato Integrado, busca evidenciar como sua estratégia de atuação gera valor em seis diferentes tipos de capitais, propostos pelo IIRC: (i) financeiro; (ii) natural; (iii) humano; (iv) manufaturado; (v) intelectual; e (vi) social e de relacionamento. Dessa maneira, acionistas, organizações do setor financeiro, analistas de mercado e outros públicos têm acesso a informações mais completas e abrangentes sobre os impactos positivos proporcionados pelo modelo de negócios. Além da prestação de contas, a atuação sustentável do Grupo CCR é reforçada por meio da adesão a compromissos voluntários de âmbito global. A companhia é signatária do Pacto Global desde 2011, responde voluntariamente aos questionários da plataforma *Carbon Disclosure Project* (CDP) e contempla, na definição de sua estratégia, as contribuições de seus negócios para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Primeira companhia listada no segmento Novo Mercado da B3, em 2002, o Grupo CCR atualmente compõe as carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), que reconhecem as organizações com melhor desempenho na gestão de aspectos econômicos e socioambientais.

Desde 2014, o Instituto CCR é responsável por centralizar a gestão dos projetos e das iniciativas que contribuem para o desenvolvimento social, nos municípios de atuação das empresas controladas. Os investimentos são realizados com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso). Para conhecer os projetos desenvolvidos, acesse www.institutoccr.com.br.

O Grupo CCR também possui parcerias estratégicas com organizações alinhadas aos seus valores e que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Entre esses parceiros estão o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Childhood Brasil, que combate o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

4.1 Gestão da sustentabilidade

A área de Sustentabilidade objetiva desenvolver campanhas socioambientais para os colaboradores e usuários, em parceria com o Instituto CCR, além de promover os projetos sociais via leis de incentivo. Em Salvador, oito projetos sociais foram realizados (Flipelô, RUGBY ESCOLAR, PhotoTruck) e dez campanhas (Doe Sua Roupa, Dia do Voluntariado, Natal Solidário).

Projetos como substituição de lâmpadas convencionais por LED foram realizados pela Unidade para redução do consumo de energia, além da intensificação da campanha Consumo Consciente ao longo do ano.

4.2 Destaques do exercício

Mais de 33 mil pessoas foram beneficiadas com a realização dos projetos sociais, sendo que somente na Flipelô, Festa Literária Internacional do Pelourinho, houve a participação de cerca de 30 mil pessoas.

5. Considerações finais

5.1. Agradecimentos

A CCR Metrô Bahia agradece ao Acionista pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado da Bahia, às Prefeituras Municipais de Salvador e Lauro de Freitas, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos Colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

5.2. Auditores independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3. Cláusula Compromissória

O Grupo CCR está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

5.4. Declaração da Diretoria

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício com término em 31 de dezembro de 2017.

Salvador, 20 de fevereiro de 2018.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da,
Companhia do Metrô da Bahia
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia do Metrô da Bahia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia do Metrô da Bahia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Contingências passivas

Conforme notas explicativas nº 14 a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Efetuamos a comparação entre a nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos as principais contingências que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras comparativas da Companhia do Metrô da Bahia (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.030	168.881	Financiamentos	12	26.834	-
Aplicações financeiras		3.278	-	Debêntures	13	540.750	924.999
Ativo financeiro	7	413.656	424.812	Fornecedores		223.050	49.671
Adiantamento à fornecedor de ativo financeiro		62.555	230.873	Contas a pagar - operações de derivativos	18	182	53.941
Tributos a recuperar		8.587	27.320	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	971	813
Contas a receber		7.221	4.191	Impostos e contribuições a recolher		10.057	1.963
Contas a receber - partes relacionadas	9	51	7	Obrigações sociais e trabalhistas		27.252	24.290
Contas a receber com operação de derivativos	18	2.770	-	Câmara de compensação		5.684	1.135
Câmara de compensação		5.684	1.135	Outras contas a pagar		585	921
Estoques		7.958	5.111				
Despesas antecipadas e outros		5.692	4.194				
				Total do passivo circulante		835.365	1.057.733
Total do ativo circulante		543.482	866.524				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Ativo financeiro	7	1.625.129	1.184.193	Financiamentos	12	2.715.418	1.825.010
Tributos a recuperar		20.732	1.895	Debêntures	13	435.470	695.420
Adiantamento à fornecedor de ativo financeiro		25.720	94.970	Mútuos - partes relacionadas	9	172.287	-
Tributos diferidos	8b	103.842	118.561	Impostos e contribuições a recolher		3.072	-
Despesas antecipadas e outros		1.810	26	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	14	55	596
		1.777.233	1.399.645	Total do passivo não circulante		3.326.302	2.521.026
Imobilizado	10	45.472	28.861	Patrimônio líquido			
Intangível	11	2.345.382	1.384.297	Capital social	15a	755.342	330.000
				Prejuízos acumulados	15c	(207.085)	(209.016)
				Ajuste de avaliação patrimonial	15b	1.645	(20.416)
Total do ativo não circulante		4.168.087	2.812.803			549.902	100.568
Total do ativo		4.711.569	3.679.327	Total do passivo e patrimônio líquido		4.711.569	3.679.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	16	2.159.523	1.908.928
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(1.781.345)	(1.668.086)
Serviços		(38.003)	(27.466)
Depreciação e amortização	10 e 11	(16.273)	(2.024)
Custo com pessoal		(72.026)	(57.214)
Energia elétrica		(13.634)	(8.466)
Materiais equipamentos e veículos		(8.032)	(4.873)
Outros		(18.919)	(13.853)
		<u>(1.948.232)</u>	<u>(1.781.982)</u>
Lucro bruto		<u>211.291</u>	<u>126.946</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(27.468)	(27.175)
Serviços		(18.707)	(21.314)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.821)	(1.327)
Depreciação e amortização	10 e 11	(2.199)	(1.296)
Campanhas e eventos		(2.742)	(2.343)
Ressarcimento a terceiros		(5.439)	(2.436)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(3.719)	(2.112)
Outros		(3.804)	(5.931)
		<u>(65.899)</u>	<u>(63.934)</u>
Outros resultados operacionais		<u>209</u>	<u>83</u>
Resultado antes do resultado financeiro		145.601	63.095
Resultado financeiro	17	<u>(140.316)</u>	<u>(159.585)</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		5.285	(96.490)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8 a	<u>(3.354)</u>	<u>30.944</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.931	(65.546)
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	15	<u>0,00223</u>	<u>(0,28523)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.931	(65.546)
Outros resultados abrangentes			
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	18	(10.048)	(161.434)
Ativação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa		43.474	(12.659)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(11.365)	59.192
		<u>22.061</u>	<u>(114.901)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>23.992</u>	<u>(180.447)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
	Subscrito	A integralizar			
Saldos em 1º de janeiro de 2016	200.000	-	(143.470)	94.485	151.015
Subscrição de capital social em 05 de maio de 2016	166.342	(136.342)	-	-	30.000
Capital social integralizado em 24 de novembro de 2016		100.000	-	-	100.000
Prejuízo líquido do período	-	-	(65.546)	-	(65.546)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(114.901)	(114.901)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	366.342	(36.342)	(209.016)	(20.416)	100.568
Capital social integralizado em 02 de janeiro de 2017	-	36.342	-	-	36.342
Aumento de capital em 09 de março de 2017	307.000	-	-	-	307.000
Aumento de capital em 10 de outubro de 2017	82.000	-	-	-	82.000
Lucro líquido do exercício	-	-	1.931	-	1.931
Outros resultados abrangentes	-	-	-	22.061	22.061
Saldos em 31 de dezembro de 2017	755.342	-	(207.085)	1.645	549.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.931	(65.546)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.354	(30.944)
Depreciação e amortização	18.472	3.320
Baixa do ativo imobilizado e intangível	3	4
Variação cambial sobre financiamentos	-	7.478
Juros e variação monetária sobre financiamentos e debêntures	345.646	370.528
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	(270.291)	(211.848)
Resultado de operação com derivativos (<i>hedge accounting</i>)	-	(5.527)
Capitalização de custo de empréstimos	(248.052)	(196.201)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	4	-
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	4.922	3.014
Juros e variações monetárias sobre mútuo com partes relacionadas	48.698	-
	<u>(97.244)</u>	<u>(60.176)</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(3.030)	(4.191)
Contas a receber - partes relacionadas	(44)	(7)
Tributos a recuperar	(104)	(22.760)
Ativo financeiro	(1.048.743)	(1.037.532)
Recebimento ativo financeiro	889.254	971.861
Despesas antecipadas e outros créditos	(10.678)	(5.994)
Adiantamento a fornecedores	878	253.257
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	173.375	(1.678)
Fornecedores - partes relacionadas	(2.914)	54
Obrigações sociais e trabalhistas	2.962	2.702
Impostos e contribuições a recolher	11.166	451
Pagamento de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(5.463)	(2.439)
Outras contas a pagar	4.213	1.939
	<u>(84.441)</u>	<u>29.941</u>
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	(84.441)	29.941
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Liquidação de operações com derivativos	(66.577)	(47.294)
Aquisição de ativo imobilizado	(4.576)	(9.310)
Adições ao ativo intangível	(463.379)	(996.900)
Aplicações financeiras	(3.278)	-
	<u>(537.810)</u>	<u>(1.053.504)</u>
Caixa líquido usado pelas atividades de investimentos	(537.810)	(1.053.504)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Mútuos com partes relacionadas:		
Captações	510.000	-
Pagamentos	(383.339)	-
Financiamentos e debêntures:		
Captações	952.829	843.074
Pagamentos de principal	(610.000)	(365.250)
Pagamentos de juros	(415.432)	(80.539)
Integralização de capital	425.342	130.000
Liquidação da operação com derivativos	-	108.583
	<u>479.400</u>	<u>635.868</u>
Caixa líquido usado pelas atividades de financiamentos	479.400	635.868
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(142.851)	(387.695)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	168.881	556.576
No final do exercício	26.030	168.881
	<u>(142.851)</u>	<u>(387.695)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social exclusivo realizar a exploração da concessão patrocinada pelo Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL) outorgada pelo Estado da Bahia, compreendendo sua implantação, operação e manutenção e todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, sem se limitar, a execução de serviços e obras, compra de equipamentos, montagens, adequação, manutenção e operação dos terminais de integração de passageiros, a implantação e gestão do sistema de bilhetagem eletrônica, e os demais atos correlatos ao cumprimento do contrato de concessão decorrente da concorrência promovida pelo Governo do Estado da Bahia.

A Concessão compreende os terminais de integração de passageiros, sendo eles: Acesso Norte 1 e Acesso Norte 2, Retiro, Pirajá, Bonocô, Rodoviária Norte, Rodoviária Sul, Pituaçu, Mussurunga e Aeroporto; e, duas linhas metroviárias abrangendo 23 Estações, sendo elas: Lapa, Campo da Pólvora, Brotas, Bonocô, Acesso Norte, Retiro, Bom Juá, Pirajá, Campinas, Cajazeiras/Águas Claras, Detran, Rodoviária, Pernambués, Imbuí, CAB, Pituaçu, Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz, Mussurunga, Aeroporto e Lauro de Freitas, num total de 41km de linha metroviária, sendo que a operação se desenvolverá de acordo com os Marcos Operacionais previstos no Contrato.

A Companhia do Metrô da Bahia, de capital fechado, foi constituída em 9 de setembro de 2013 e o Contrato de Concessão assinado com o Governo do Estado da Bahia em 15 de outubro de 2013, pelo prazo de 30 anos.

Em 13 de maio de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão, que desmembrou o Evento de Aporte nº 5 em 3 novos eventos, sem alteração do valor total.

Em 17 de dezembro de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 2 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Transferência para a Companhia do Metrô da Bahia da responsabilidade pelo fornecimento da instalação de duas subestações retificadoras de energia elétrica;
- Adequação do projeto do Complexo de Manutenção de Pirajá e da localização da Estação Pirajá, para viabilizar a implantação do Trecho 3 da Linha 1 até Cajazeiras;
- Alteração do modelo operacional e de interligação das Linhas 1 e 2 do SMSL da Estação Bonocô para a Estação Acesso Norte;
- Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em decorrência das alterações acima mencionadas; e
- Reprogramação dos eventos de aportes previstos originalmente no Contrato de Concessão e no Aditivo nº 1, sem alteração do seu valor total, e dos marcos operacionais.

Em 11 de janeiro de 2016, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Acesso Norte, pertencente à Linha 1.

Em 04 de fevereiro de 2016, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Pirajá, pertencente à Linha 1.

Em 11 de fevereiro de 2016, a Companhia iniciou a operação comercial da Estação de Pirajá, pertencente à Linha 1.

Em 15 de maio de 2016, a Companhia iniciou a operação plena da Linha 1, com todas as estações dessa Linha funcionando diariamente das 5 horas da manhã até à meia noite, inclusive sábados, domingos e feriados.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 3 de outubro de 2016, foi assinado o Termo Aditivo nº 3 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Desmembramento de alguns eventos de aportes, modificados a partir do termo aditivo nº 2, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço, de modo que o recebimento dos aportes de recursos, pela concessionária, guarde maior proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas;
- Definição das regras e procedimentos para a integração física e tarifária com as linhas de ônibus metropolitanos.

Em 5 de dezembro de 2016, a Companhia iniciou a operação do primeiro trecho da Linha 2, abrangendo as estações Acesso Norte 2, Detran e Rodoviária.

Em 23 de maio de 2017, a Companhia inaugurou mais quatro novas estações da Linha 2 (Pernambués, Imbuí, CAB e Pítuaçu), totalizando quinze estações em pleno funcionamento, sendo oito na Linha 1, sete na Linha 2 e mais de 20 quilômetros de via.

Em 25 de julho de 2017, foi assinado o Termo Aditivo nº 4 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Reequilíbrios econômico-financeiro do Contrato em decorrência de investimentos não previstos (R\$ 172.936 - base 04/2013);
- Reprogramação de alguns eventos de aportes e de marcos operacionais, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço e no recebimento dos aportes de recursos.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia inaugurou mais quatro novas estações da Linha 2 (Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz e Mussurunga), totalizando dezenove estações em pleno funcionamento, sendo oito na Linha 1, onze na Linha 2 e 29 quilômetros de via em operação. Além disso, concluiu a reforma do Terminal de Ônibus Mussurunga.

Em 11 de outubro de 2017, por decisão do Poder Concedente, foi efetuada amortização antecipada de parte das contraprestações ajustadas no Aditivo 4 ao Contrato de Concessão, no montante de R\$ 100.000, sendo que os saldos remanescentes serão oportunamente objeto de aditamento ao Contrato de Concessão.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

b) *Receitas de serviços*

As receitas metroviárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a Companhia presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo, quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa.

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 18 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de *hedge* de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “n”.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

- Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível a Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) *Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização.

o) *Novos pronunciamentos e interpretações ainda não efetivas*

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas.

Até o momento não se identificou impactos que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo.

IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30/IAS 18 - Receitas, CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e a CPC 30 /IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bem ou serviços para um cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30/IAS 18 e CPC 17/IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01/IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas.

A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47, referentes ao período comparativo apresentado.

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

- Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos.

- Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros.

- Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de *impairment* na adoção do CPC 48/IFRS 9 neste quesito.

- Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

- Contabilidade de *hedge*

Na aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38/IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9.

O CPC 48/IFRS 9 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que este, aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. O CPC 48/IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. Atualmente, a Companhia não realiza *hedge* de tais componentes de risco.

De acordo com a IFRS 9, para *hedges* de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados a compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa e na reserva de custo de *hedge* serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro, quando este for reconhecido. Prática que já é realizada pela Companhia.

Os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos do CPC 48/IFRS 9 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade.

- Divulgações e Transição

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 20 de fevereiro de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2n Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação do ativo imobilizado
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 18 Instrumentos financeiros

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3& Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de NDF (*non deliverable forward*), que visam à proteção contra riscos cambiais.

Operações de *swap* de juros e/ou de moeda e NDF

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3& Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitaram a companhia a concentração de risco de crédito.

No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativo aos financiamentos, do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n^o 6, 12, 13 e 18.

As tarifas da concessão são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n^o18.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	30.087	32.370	38.342	41.905	2.647.233
Debêntures (a)	542.758	353.321	83.354	-	-
Mútuos - partes relacionadas	-	-	172.287	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	229.319	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	971	-	-	-	-
Contas a pagar - operações de derivativos	182	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 291.883 (R\$ 191.209 em dezembro de 2016) substancialmente composto por financiamentos e debêntures a pagar, detalhados nas notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	2.134	334
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	9.435	105.332
Aplicação financeira de curto prazo - CDB	14.461	63.215
	<u>26.030</u>	<u>168.881</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 98,65% do CDI, equivalente a 9,76% ao ano (13,78% ao ano, em 31 de dezembro de 2016).

7. Ativo financeiro

	2016		2017				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferências	Outros (a)	
Circulante							
Aporte público (i)	343.307	511.609	(680.058)	80.011	-	-	254.869
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (ii)	81.505	-	(209.196)	49.040	215.022	22.416	158.787
Total ativo circulante	<u>424.812</u>	<u>511.609</u>	<u>(889.254)</u>	<u>129.051</u>	<u>215.022</u>	<u>22.416</u>	<u>413.656</u>
Não circulante							
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (ii)	1.184.193	136.858	-	141.240	(215.022)	377.860	1.625.129
Total não circulante	<u>1.184.193</u>	<u>136.858</u>	<u>-</u>	<u>141.240</u>	<u>(215.022)</u>	<u>377.860</u>	<u>1.625.129</u>

Refere-se ao direito contratual de receber aporte público e contraprestação pecuniária do Poder Concedente, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura, sendo que os valores são registrados pelo seu valor presente, calculados pela taxa interna de retorno do contrato, à medida da evolução física das melhorias efetuadas.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 25 de julho de 2017, foi assinado o Termo Aditivo nº 4 ao Contrato de Concessão. Dentre os pontos abordados nesse instrumento, destacam-se: o desmembramento de evento de aporte, modificado a partir do Termo Aditivo nº 3, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação de serviço, a reprogramação dos eventos de aportes e de marcos operacionais e a aprovação de reequilíbrios econômico-financeiros de investimentos adicionais, não previstos inicialmente no contrato de concessão.

O recebimento será da seguinte forma: (i) aporte público: ao término da implantação de cada evento operacional e (ii) contraprestação pecuniária - parcela fixa: após o início das operações e mensalmente de forma crescente até o término da concessão.

Cronograma de recebimento - não circulante

2019	155.714
2020	142.106
2021	128.232
2022	115.940
2023 em diante	1.083.137
	<u>1.625.129</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(Reapresentado)
		(*)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	5.285	(96.490)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.797)	32.807
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(1.422)	(1.039)
Outros ajustes tributários	(135)	(824)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.354)	30.944
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(3.354)	30.944
	<u>(3.354)</u>	<u>30.944</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>63%</u>	<u>32%</u>

(*) Reapresentação dos saldos de 2016 para melhor apresentação.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2017</u>	<u>2016</u> (Reapresentado) (*)
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	451.071	239.612
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	42.570	56.754
<i>Hedge accounting</i>	-	32.970
Déficit com receita tarifária	2.144	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.764	3.039
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	18	202
Outros ajustes tributários	-	2
	<u>498.567</u>	<u>332.579</u>
Bases passivas		
<i>Hedge Accounting</i>	(1.031)	-
Receita de remuneração de ativos financeiros	(188.838)	(93.223)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(204.856)	(120.795)
	<u>(394.725)</u>	<u>(214.018)</u>
Ativo diferido líquido	<u>103.842</u>	<u>118.561</u>

(*) Reapresentação dos saldos de 2016 para melhor apresentação.

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2018	9.148
2019	16.560
2020	21.866
2021	28.457
2022 em diante	375.040
	<u>451.071</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transação), composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, os profissionais chave da administração e outras partes relacionadas:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017						
	Transações				Saldos		
	Custos de construção	Serviços prestados	Imobilizado /Intangível	Despesas Financeiras	Ativo	Passivo	
Contas a receber					Mútuo	Fornecedores e outras contas a pagar	
Controladora							
CCR	-	2.756 (a)	-	48.698 (f)	-	172.287 (f)	216 (a)
Outras partes relacionadas							
CPC	-	3.516 (b)	3.626 (b)	-	8 (c)	-	633 (b)
AutoBAN	-	-	-	-	1 (c)	-	- (c)
NovaDutra	-	-	-	-	38 (c)	-	109 (c)
MSV ^{ia}	-	-	-	-	4 (c)	-	13 (c)
Camargo Correa	340.328 (d)	-	-	-	-	-	-
Andrade Gutierrez	340.328 (d)	-	-	-	-	-	-
Total, 31 de dezembro de 2017	<u>680.656</u>	<u>6.272</u>	<u>3.626</u>	<u>48.698</u>	<u>51</u>	<u>172.287</u>	<u>971</u>
Total, 31 de dezembro de 2016	<u>1.121.812</u>	<u>5.954</u>	<u>4.224</u>	<u>-</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>813</u>

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração (e):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	5.574	5.700
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	2.229	1.458
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	3.475	2.699
Previdência privada	144	169
Seguro de vida	12	11
	<u>11.434</u>	<u>10.037</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração dos administradores (e)	<u>2.688</u>	<u>1.968</u>

Na Assembleia Geral Ordinária realizada (AGO) em 10 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 10.500, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Refere-se ao contrato por administração sob regime de aliança para a prestação de serviços de obras de construção e melhorias no Metrô Bahia. Para atender aos prazos necessários para a entrega das duas linhas previstas no Sistema Metroviário Salvador-Lauro de Freitas e obter a máxima eficiência no processo construtivo, com a redução dos custos e a diminuição dos riscos, a CCR firmou um Contrato de Aliança com construtoras parceiras a preço global para atender tais demandas.

O principal diferencial do Contrato de Aliança é configurar uma parceria em que, em vez de apenas serem contratadas para as obras, as construtoras contribuem para a definição do orçamento de forma participativa e transparente - incluindo a predeterminação do lucro esperado. Os Construtores poderão obter uma bonificação financeira se o resultado for melhor do que o projetado, ou serem penalizados até o limite de sua remuneração se houver perdas ou frustração dos resultados e cronogramas. Na prática, as empresas responsáveis pelo serviço podem obter um bônus de até 100% sobre o lucro acordado ou perdê-lo totalmente, no pior dos cenários. Essa formatação permite excluir do preço orçado, margens normalmente inclusas para fazer frente a eventuais imprevistos ou interferências, custos que, caso ocorram, são partilhados entre as partes.

Em termos operacionais, mensalmente, o consórcio elabora a previsão para os gastos de execução do projeto, na qual a Companhia se baseia para efetuar os adiantamentos ao mesmo. As diferenças entre o custo previsto e o adiantamento efetuado são compensadas no pagamento do mês seguinte. Os valores a serem pagos pela Companhia são atualizados mensalmente pelo INCC.

Em atenção às melhores práticas de governança priorizadas pelo Novo Mercado e às práticas internas do próprio Grupo CCR, foi contratada empresa independente para avaliar o processo de previsão dos custos de modo a assegurar que os valores do orçamento são compatíveis com os preços de mercado. Foi também contratada empresa de assessoria específica, com experiência comprovada, para acompanhar o andamento das obras e sua aderência ao cronograma e orçamento, visando assegurar a performance esperada do Contrato de Aliança. Diante da proximidade do encerramento das obras, o contrato com a empresa de assessoria foi encerrado.

- e) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria; e
- f) Contrato de mútuo, remunerado à variação de 127,67% do CDI. O vencimento do contrato é 31 de dezembro de 2020.

10. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	2016		2017		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.200	-	(1)	903	4.102
Máquinas e equipamentos	4.614	52	(4)	1.878	6.540
Veículos	3.093	17	-	1.446	4.556
Instalações e edificações	31	-	-	264	295
Imobilizações em andamento	20.795	11.610	-	2.662	35.067
	<u>31.733</u>	<u>11.679</u>	<u>(5)</u>	<u>7.153</u>	<u>50.560</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizado, custos de empréstimos no montante de R\$ 7.103 em 2017. A taxa média de capitalização no período foi de 8,37% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo de debêntures e empréstimos).

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2016		2017	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(439)	(353)	-	(792)
Máquinas e equipamentos	13	(1.182)	(770)	2	(1.950)
Veículos	20	(1.220)	(831)	-	(2.051)
Instalações e edificações	20	(31)	(264)	-	(295)
		<u>(2.872)</u>	<u>(2.218)</u>	<u>2</u>	<u>(5.088)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

11. Intangível

Movimentação do custo

	2016		2017		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.382.993	747.377	(9.150)	236.690	2.357.910
Direitos de uso de sistemas informatizados	3.079	425	1.997	-	5.501
	<u>1.386.072</u>	<u>747.802</u>	<u>(7.153)</u>	<u>236.690</u>	<u>2.363.411</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 240.949 em 2017 (R\$ 196.201 em 2016). A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo de debêntures e empréstimos) foi de 8,37% a.a. em 2017 (9,58% a.a. em 2016).

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, resultado de *hedge accounting* no montante de R\$ 43.474 no período findo em 31 de dezembro de 2017 (diminuídos R\$ 12.659 em 2016).

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2016		2017	
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(c)	(1.360)	(15.381)	(13)	(16.754)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(415)	(873)	13	(1.275)
		<u>(1.775)</u>	<u>(16.254)</u>	<u>-</u>	<u>(18.029)</u>

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

(b) O valor refere-se a adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 236.690, cujas notas fiscais foram recebidas em 2017.

(c) Amortização pela curva de benefício econômico.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Financiamentos

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</u>	<u>Custo de transação incorrido</u>	<u>Saldo do custo a apropriar em 2017</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em moeda nacional							
1. BNDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (a)	43.108	38.128	Outubro de 2042	2.341.835	1.825.011 (b) (c)
2. BNDES - FINEM II	TJLP + 4% a.a.	4,2515% (a)	9.606	9.557	Outubro de 2042	400.417	- (b) (c)
Total geral				<u>47.685</u>		<u>2.742.252</u>	<u>1.825.011</u>
Circulante							
Financiamentos						30.087	-
Custos de transação						<u>(3.253)</u>	-
						<u>26.834</u>	-
Não Circulante							
Financiamentos						2.759.850	1.859.856
Custos de transação						<u>(44.432)</u>	<u>(34.846)</u>
						<u>2.715.418</u>	<u>1.825.010</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Garantia real
(c) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement - ESA*)

Cronograma de desembolso (não circulante)

	<u>2017</u>
2019	32.370
2020	38.342
2021	41.905
2022	45.799
2023 em diante	<u>2.601.434</u>
	<u>2.759.850</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas.

As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor total de R\$ 2.013.677, com vencimento em 15 de outubro de 2042, sendo R\$ 1.549.737 do subcrédito A, R\$ 460.940 do subcrédito B e R\$ 3.000 do subcrédito C.

Os subcréditos A e B serão remunerados pela TJLP + 3,18% a.a. e o subcrédito C pela TJLP. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de abril de 2018 e 15 de outubro de 2042.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os juros serão capitalizados trimestralmente até 15 de março de 2018 e serão exigíveis mensalmente com as parcelas de amortização do principal.

As liberações já efetuadas do empréstimo ocorreram conforme demonstrado abaixo:

Nº da liberação	Data da liberação	Subcrédito A	Subcrédito B	Valor total
1ª	21/12/2015	R\$ 360.278	R\$ 90.703	R\$ 450.981
2ª	23/12/2015	R\$ 481.000	R\$ 119.000	R\$ 600.000
3ª	23/02/2016	R\$ 85.000	R\$ 70.000	R\$ 155.000
4ª	28/06/2016	R\$ 187.000	-	R\$ 187.000
5ª	12/08/2016	R\$ 110.000	-	R\$ 110.000
6ª	17/10/2016	R\$ 120.000	-	R\$ 120.000
7ª	12/12/2016	R\$ 20.017	R\$ 70.059	R\$ 90.076
8ª	09/02/2017	-	R\$ 90.000	R\$ 90.000
9ª	11/04/2017	R\$ 45.000	R\$ 5.000	R\$ 50.000
10ª	17/07/2017	R\$ 85.000	R\$ 15.000	R\$ 100.000
11ª	08/09/2017	R\$ 34.000	-	R\$ 34.000
12ª	13/11/2017	R\$ 13.000	-	R\$ 13.000
13ª	15/12/2017	R\$ 18.240	R\$ 4.391	R\$ 22.631

O financiamento contará com as seguintes garantias:

(a) Cessão fiduciária:

- Do direito do Metrô Bahia ao recebimento da totalidade da receita tarifária, da contraprestação e das receitas extraordinárias;
- Dos direitos do Metrô Bahia emergentes do Contrato de PPP, exceto os valores relativos ao Aporte Público;
- Dos direitos do Metrô Bahia detidos contra o Banco Bradesco, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes nas contas correntes cedidas;
- Dos direitos do Metrô Bahia em face do Agente de Pagamento, emergentes do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas, celebrado entre Banco do Brasil (Agente de Pagamento), a (Desenbahia) e o Estado da Bahia, com adesão do Metrô Bahia;
- Dos direitos do Metrô Bahia oriundos do Contrato de Garantia firmado entre o Metrô Bahia, a CEF (Agente Financeiro), o Fundo Garantidor Baiano de Participações e na Desenbahia; e dos direitos do Metrô Bahia em face do Agente de Liquidação, emergentes do contrato a ser celebrado entre o Metrô Bahia e a CEF (Agente de Liquidação); e
- Dos direitos da CCR detidos contra o Banco Bradesco, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na conta corrente de sua titularidade.

(b) Penhor de 100% das ações do Metrô Bahia, detidas pela CPC.

Adicionalmente o financiamento conta com o seguinte suporte da CCR:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a Fase I:

- Aportar recursos no Metrô Bahia para cobrir eventuais insuficiências ou quaisquer frustrações das fontes de recursos privados necessários ao cumprimento da contrapartida privada no projeto;
- Cobrir integralmente, mediante pagamento direto ao BNDES qualquer insuficiência de recursos que vier a ocorrer para a quitação do saldo devedor do financiamento, vencido e não pago, caso o projeto não seja concluído em decorrência da insuficiência ou frustração de aporte de responsabilidade do Poder Concedente, ou ainda pelo não cumprimento do item acima;
- Aportar recursos na conta corrente de sua titularidade (conta suporte) para mantê-la com saldo mínimo de 100% do serviço da dívida a ser pago no período seguinte;
- Cobrir integralmente, mediante pagamento direto ao BNDES qualquer insuficiência de recursos que vier a ocorrer para a quitação do saldo devedor do financiamento, vencido e não pago, no caso do não cumprimento do item acima;

A Fase I se encerra quando a Concessionária atender todas as seguintes condições: (i) início da operação comercial; (ii) observação, a partir do 2º exercício completo de operação, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,3 por 12 meses consecutivos e (iii) observação da relação PL/Ativo maior ou igual a 20%, sendo que a cada exercício com ICSD menor ou igual 1,1, esta Fase será estendida por mais um ano.

Durante a Fase II:

- Aportar recursos na conta reserva da Concessionária, para restabelecer o saldo mínimo de reserva correspondente ao serviço da dívida dos três períodos seguintes, sempre que houver inadimplemento do Poder Concedente no pagamento da Contraprestação.

A Fase II se encerra após finalização da Fase I e da observação por dois exercícios consecutivos de ICSD Ajustado maior ou igual a 1,1, sendo que o ICSD Ajustado é igual ao EBITDA Ajustado - Receita de Contraprestação/Serviço da Dívida;

Durante toda a vigência do contrato de longo prazo, o Metrô Bahia não poderá distribuir quaisquer recursos a acionista ou a qualquer outra empresa integrante do seu grupo econômico, sob a forma de dividendos, à exceção dos dividendos mínimos legais, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida, redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título, bem como pagamentos referentes a contratos com empresas do grupo econômico, exceto pelos contratos já negociados com o BNDES, caso ICSD seja inferior a 1,3.

Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado o 1º aditivo ao contrato de financiamento, firmado em 09 de dezembro de 2015, com o BNDES, cujas principais alterações foram: substituição do suporte da CCR pela fiança corporativa da CCR na Fase I e inclusão de restrição de redução de capital social. As garantias prestadas pelo Metrô Bahia, CPC e CCR serão compartilhadas entre este financiamento e o descrito no item 2b abaixo.

2. Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado contrato de financiamento com o BNDES, no valor nominal total de R\$ 640.000, com vencimento em 15 de outubro de 2042 e com subcrédito único.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os recursos serão remunerados pela TJLP + 4% a.a. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de agosto de 2019 e 15 de outubro de 2042. Os juros serão pagos trimestralmente até 15 de julho de 2019 e mensalmente a partir de 15 de agosto de 2019.

As liberações já efetuadas do empréstimo ocorreram conforme demonstrado abaixo:

Nº da liberação	Data da liberação	Valor
1ª	27/12/2017	R\$ 409.600

O financiamento conta com as seguintes garantias:

(a) Cessão fiduciária:

- Do direito do Metrô Bahia ao recebimento da totalidade da receita tarifária, da contraprestação e das receitas extraordinárias;
- Dos direitos do Metrô Bahia emergentes do contrato de PPP, exceto os valores relativos ao aporte público;
- Dos direitos do Metrô Bahia detidos contra o Banco Bradesco, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes nas contas correntes cedidas;
- Dos direitos do Metrô Bahia em face do agente de pagamento, emergentes do contrato de nomeação de agente de pagamento e administração de contas, celebrado entre Banco do Brasil (agente de pagamento), a (Desenbahia) e o Estado da Bahia, com adesão do Metrô Bahia;
- Dos direitos do Metrô Bahia oriundos do Contrato de Garantia firmado entre o Metrô Bahia, a CEF (agente financeiro), o Fundo Garantidor Baiano de Participações e na Desenbahia; e dos direitos do Metrô Bahia em face do Agente de Liquidação, emergentes do contrato a ser celebrado entre o Metrô Bahia e a CEF (agente de liquidação); e
- Dos direitos da CCR detidos contra o Bradesco, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na conta corrente de sua titularidade.

(b) Penhor de 100% das ações do Metrô Bahia, detidas pela CPC.

Adicionalmente o financiamento conta com as seguintes garantias da CCR:

Durante a Fase I:

- Fiança corporativa, responsabilizando-se solidariamente, pelo fiel e exato cumprimento das obrigações assumidas pelo Metrô Bahia no contrato de financiamento;

A Fase I encerra-se quando a concessionária atender todas as seguintes condições: (i) início da operação comercial; (ii) observação, a partir do 2º exercício completo de operação, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,3 por 12 meses consecutivos e (iii) observação da relação PL/Ativo maior ou igual a 20%, sendo que a cada exercício com ICSD menor ou igual 1,1, esta Fase será estendida por mais um ano.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a Fase II:

- Aportar recursos na conta reserva da concessionária, para restabelecer o saldo mínimo de reserva correspondente ao serviço da dívida dos três períodos seguintes, sempre que houver inadimplemento do Poder Concedente no pagamento da Contraprestação.

A Fase II encerra-se após finalização da Fase I e da observação por dois exercícios consecutivos de ICSD Ajustado maior ou igual a 1,1, sendo que o ICSD Ajustado é igual ao EBITDA Ajustado - Receita de Contraprestação/Serviço da Dívida;

Durante toda a vigência do contrato de longo prazo, o Metrô Bahia não poderá distribuir quaisquer recursos a acionista ou a qualquer outra empresa integrante do seu grupo econômico, sob a forma de dividendos, à exceção dos dividendos mínimos legais, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida, redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título, bem como pagamentos referentes a contratos com empresas do grupo econômico, exceto pelos contratos já negociados com o BNDES, caso ICSD seja inferior a 1,3. Adicionalmente, o Metrô Bahia também não poderá reduzir o capital social caso (i) o indicador PL/Ativo seja inferior a 0,2 e (ii) o ICSD seja inferior a 1,3, sendo certo que, eventual montante de capital social passível de redução fica limitado ao valor que preserve a manutenção da estrutura de capital igual ou superior a 0,2.

As garantias prestadas pelo Metrô Bahia, CPC e CCR serão compartilhadas entre este Financiamento e o descrito no item 2a acima.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em		Vencimento final	2017	2016	
				2017					
1. 1ª Emissão - Série única	109,50% do CDI	0,2059% (b)	3.752	-	Março de 2017	-	885.000 (c)		
2. 2ª Emissão - Série única	CDI + 2,20% a.a.	2,3889% (a)	3.615	1.669	Outubro de 2019	508.013	513.908 (c)		
3. 3ª Emissão - Série única	CDI + 3,95% a.a.	4,7293% (a)	2.965	531	Maio de 2018	216.145	221.511 (c)		
4. 4ª Emissão - Série única	120% do CDI	0,2875% (b)	1.490	1.013	Maio de 2020	252.062	- (c)		
Total Geral				<u>3.213</u>		<u>976.220</u>	<u>1.620.419</u>		
Circulante									
Debêntures							542.758	925.312	
Custos de transação							<u>(2.008)</u>	<u>(313)</u>	
							<u>540.750</u>	<u>924.999</u>	
Não Circulante									
Debêntures							436.675	700.000	
Custos de transação							<u>(1.205)</u>	<u>(4.580)</u>	
							<u>435.470</u>	<u>695.420</u>	

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se a taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantia:

- (c) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária indireta.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolso (não circulante)

	<u>2017</u>
2019	353.321
2020	83.354
	<u>436.675</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures e notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente:

Em 10 de março de 2014, foi realizada a 1ª emissão pública de debêntures, num total de 61.000 debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com garantia adicional fidejussória através de fiança da CCR e com valor nominal total de R\$ 610.000 na data de emissão.

No dia 10 de março de 2017, ocorreu a quitação das debêntures da 1ª emissão.

1. No dia 13 de outubro de 2015, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 500.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento em 13 de outubro de 2019, havendo a possibilidade de resgate antecipado, a qualquer momento, mediante pagamento de prêmio.

A dívida tem remuneração de CDI + 2,20% a.a., pagamentos de juros semestrais e amortizações anuais de principal nos dois últimos anos e tem a CCR como fiadora.

Durante a vigência das debêntures, a fiadora não poderá distribuir dividendos e/ou realizar pagamento de juros sobre capital próprio em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da fiadora seja superior a 4 vezes, exceto se a emissora optar por contratar carta(s) de fiança bancária.

A subscrição das debêntures ocorreu em 03 de novembro de 2015.

2. Em 06 de maio de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 200.000, em série única, tendo a CCR como interveniente garantidora e remuneração de CDI + 3,95% a.a. O pagamento dos juros será anual, a partir de maio de 2017, e o principal será integralmente pago na data do vencimento, em maio de 2018.

O principal critério para o vencimento antecipado é que a interveniente garantidora não poderá distribuir dividendos em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 vezes, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar previamente ao agente fiduciário, carta de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada.

As cartas de fiança emitidas deverão vigorar pelo prazo de um ano e deverão ser devolvidas imediatamente pelo agente fiduciário à emissora, e revogadas pela instituição financeira autorizada respectiva, mediante: (a) o restabelecimento do índice financeiro pela interveniente garantidora em qualquer período de apuração; ou (b) ao final do prazo de 1 (um) ano, o que ocorrer primeiro.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Em 05 de maio de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 250.000, em série única, com fiança corporativa da CCR, vencendo em 05 de maio de 2020, com remuneração de 120% do CDI. O pagamento de juros será semestral e o principal será pago em parcelas anuais.

Há previsão de resgate antecipado total ou amortização extraordinária a qualquer momento, mediante pagamento de prêmio. Além disso, a emissão conta com vencimento antecipado caso ocorra a distribuição de dividendos pela garantidora em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório caso apresente a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 4 vezes, exceto se a Garantidora optar por contratar e apresentar previamente ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada.

14. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2016		2017			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	596	70	-	(642)	31	55

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos em 2017, na esfera cível e trabalhista respectivamente o montante de R\$ 4.778 e R\$ 43 (R\$ 1.696 e R\$ 50, respectivamente em 2016).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2017	2016
Cíveis e administrativos	2.048	2.625
Trabalhistas e previdenciárias	330	-
	<u>2.378</u>	<u>2.625</u>

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

No dia 02 de janeiro de 2017, foi realizada uma integralização de capital no valor de R\$ 36.342, dividido em 36.342.000 ações ordinárias e sem valor nominal, de acordo com a AGO realizada no dia 24 de novembro de 2016.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 09 de março de 2017, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 307.000 dividido em 307.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 10 de outubro de 2017 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 82.000.000 dividido em 82.000 ações ordinárias e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia a ser R\$ 755.342.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

- *Hedge* de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado será transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.

c. Resultado por ação - básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numerador		
Lucro (Prejuízo)	1.931	(65.546)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>865.644</u>	<u>229.800</u>
Lucro (Prejuízo) por ação - básico e diluído	0,00223	(0,28523)

16. Receitas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de construção (ICPC 01 R1)	1.781.345	1.668.086
Receita de contraprestação pecuniária - variável	15.686	2.415
Receita de remuneração dos ativos da concessão	270.291	211.849
Receitas metroviárias	90.743	25.834
Receitas acessórias	<u>1.690</u>	<u>861</u>
Receita bruta	2.159.755	1.909.045
Impostos sobre receitas	<u>(232)</u>	<u>(117)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(232)</u>	<u>(117)</u>
Receita líquida	<u><u>2.159.523</u></u>	<u><u>1.908.928</u></u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(323.139)	(350.503)
Perda com operações de derivativos	-	(13.079)
Variação cambial sobre financiamentos	-	(17.439)
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(22.507)	(20.025)
Juros e variações monetárias sobre mútuo	(48.698)	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(19)	(383)
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	-	(900)
Capitalização de custos dos empréstimos	248.052	196.201
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(8.717)	(4.035)
	(155.028)	(210.163)
Receitas financeiras		
Ganho com operações de derivativos	-	16.823
Variação cambial sobre financiamentos	-	9.961
Rendimento sobre aplicações financeiras	11.866	20.529
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	-	2.683
Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	15	118
Juros e outras receitas financeiras	2.831	464
	14.712	50.578
Resultado financeiro líquido	(140.316)	(159.585)

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de, pelo menos 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, vincendos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2017			2016		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	27.174	-	-	168.547	-	-
Contas a receber	-	7.221	-	-	4.191	-
Ativo financeiro	-	2.038.785	-	-	1.609.005	-
Contas a receber - operações de derivativos	2.770	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedor (b)	-	88.275	-	-	325.843	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	51	-	-	7	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(976.220)	-	-	(1.620.419)
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(2.742.252)	-	-	(1.825.010)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(172.287)	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(229.319)	-	-	(51.727)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(971)	-	-	(813)
Contas a pagar - operações de derivativos	(182)	-	-	(53.941)	-	-
	<u>29.762</u>	<u>2.134.332</u>	<u>(4.121.049)</u>	<u>114.606</u>	<u>1.939.046</u>	<u>(3.497.969)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação

(b) Estes adiantamentos a fornecedor deverão ser convertidos em ativos financeiros.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como “semelhante” ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziram diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, ativo financeiro, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos:** Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Financiamentos em moeda nacional** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	979.433	1.000.893	1.625.312	1.659.956

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Valor bruto do custo de transação.
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras	27.174	168.547
Derivativos	2.588	(53.941)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e dos fluxos de pagamentos futuros em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio de resultado.

A Companhia contratou NDF's para proteção contra a variação cambial de futuras aquisições de equipamentos.

Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos contratados para a Companhia:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nocional) (1)				Valor justo				Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado				Ganho/(Perda) em resultado abrangente	
				Moeda estrangeira		Moeda local		Moeda local		Moeda local	Recebidos/(Pagos)	Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/ (pagos)		resultado abrangente			
				2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016		
<i>NDFs</i>																			
Posição ativa	ItaúBBA	31/03/2017	02/05/2018 (2)	USD	10.260	25.327	33.940	82.543	373	(4.408)	-	-	433	-	(60)	(4.408)	4.781	-	
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,3118 a R\$ 3,3325															
Posição ativa	Merrill Lynch	28/04/2017	01/03/2018 (2)	USD	2.193	37.403	7.254	121.900	(122)	(13.480)	-	-	-	-	(122)	(13.480)	13.358	-	
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,1865															
Posição ativa	Bradesco	31/07/2017	03/09/2018 (2)	USD	11.230	-	37.149	-	598	-	-	-	598	-	-	-	598	-	
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,2333 a R\$ 3,3807															
Posição ativa	Merrill Lynch	31/05/2017	02/07/2018 (2)	EUR	5.280	-	20.958	-	555	-	-	-	555	-	-	-	555	-	
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 3,8580 a R\$ 3,9655															
Posição ativa	Bradesco	31/05/2017	02/05/2018 (2)	EUR	10.374	-	41.178	-	1.184	-	-	-	1.184	-	-	-	1.184	-	
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 3,8803 a R\$ 3,9055															
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO					140.479	204.443	2.588	(17.888)	-	(17.888)	-	-	2.770	-	(182)	(17.888)	20.476	-	
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016					-	-	-	-	(36.053)	(66.577)	61.289	-	-	-	(36.053)	(30.524)	(161.434)	(161.434)	
TOTAL DAS OPERAÇÕES					2.588	(53.941)	(66.577)	61.289	2.770	(182)	(53.941)	(10.048)	(161.434)	(161.434)					

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.
- (2) Refere-se a contratos que englobam várias *NDF's* com vencimentos e valores nominais distintos conforme indicado abaixo:

Contraparte	Vencimento	Nacional em Taxa <i>forward</i>	
		US\$ mil	(R\$/US\$)
ItaúBBA	02/01/2018	2.880	3,3118
ItaúBBA	01/02/2018	2.880	3,3325
ItaúBBA	02/05/2018	4.500	3,2485
Merrill Lynch	01/03/2018	2.193	3,1865
BTG Pactual	01/12/2017	2.150	3,3055
Bradesco	02/04/2018	5.230	3,2333
Bradesco	01/08/2018	3.000	3,3683
Bradesco	03/09/2018	3.000	3,3807

Contraparte	Vencimento	Nacional em Taxa <i>forward</i>	
		EUR mil	(R\$/EUR)
Merrill Lynch	01/02/2018	1.250	3,8580
Merrill Lynch	01/06/2018	2.015	3,9414
Merrill Lynch	02/07/2018	2.015	3,9655
Bradesco	01/03/2018	2.922	3,8803
Bradesco	02/04/2018	2.922	3,9055
Bradesco	02/05/2018	4.530	3,8999

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Risco	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Compromissos em Dólar	Março de 2018	68.816	Aumento da cotação do USD	-	(17.234)	(34.438)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Março de 2018	(68.816)	Diminuição da cotação do USD	-	17.234	34.438
Compromissos em Euro	Abril de 2018	62.135	Aumento da cotação do Euro	-	(16.498)	(32.032)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Abril de 2018	(62.135)	Diminuição da cotação do Euro	-	16.498	32.032
Efeito de Ganho ou (Perda)				-	-	-
Moedas em 29/12/2017:						
		Dólar ⁽²⁾		3,3080	4,1350	4,9620
		Euro ⁽²⁾		3,9693	4,9616	5,9540

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

(2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 29/12/2017, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures 2ª emissão	Aumento do CDI	Outubro de 2019	509.682	(46.517)	(55.372)	(64.226)
Debêntures 3ª emissão	Aumento do CDI	Mai de 2018	216.676	(7.933)	(9.162)	(10.378)
Debêntures 4ª emissão	Aumento do CDI	Mai de 2020	253.075	(20.805)	(26.045)	(31.301)
BNDES	Aumento da TJLP	Outubro de 2042	2.789.937	(291.571)	(341.146)	(390.731)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI ⁽⁴⁾		12.713	870	1.087	1.305
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI ⁽⁴⁾		14.461	970	1.212	1.454
Total do efeito de ganho ou (perda)				(364.986)	(429.426)	(493.877)
As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:						
		CDI ⁽²⁾		6,89%	8,61%	10,34%
		TJLP ⁽³⁾		7,00%	8,75%	10,50%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pela B3/CETIP;
- (3) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pelo BNDES;
- (4) Saldo líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há aumento de receita financeira;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos em 31/12/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2017 esses compromissos totalizavam R\$ 0 e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário.

O valor acima refere-se ao investimento total a ser realizado conforme estabelecido no contrato de concessão, no montante de R\$ 5.245.184, diminuído do total dos aportes, contraprestação pecuniária e dos investimentos já realizados, nos montantes de R\$ 2.283.089, R\$ 1.634.190 e R\$ 1.327.905 respectivamente. O valor de R\$ 1.327.905 corresponde a 25,15% (percentual aproximado dos investimentos próprios do plano de negócios) dos investimentos totais realizados, cujo montante é R\$ 5.280.168. Os valores do investimento total e da contraprestação pecuniária estão atualizados pelo IPCA. O valor demonstrado do aporte é o definido no contrato da concessão (base: abril/2013 - sem atualização) e o valor dos investimentos já realizados, está demonstrado pelo custo efetivamente incorrido.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio

20. Demonstração dos fluxos de caixa

a. Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2017	2016
Ativo financeiro	-	520.097
Adiantamento a fornecedores	(236.690)	324.832
Fornecedores	-	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(236.690)	844.929
Adições ao ativo intangível	-	-
Outros de ativo intangível	236.690	(844.929)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	236.690	(844.929)

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	Financiamentos	Debêntures	Mútuos com partes relacionadas	Capital social	Total
Saldo Inicial	(1.825.010)	(1.620.419)	-	(330.000)	(3.775.429)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Captações (líquidas dos custos de transação)	(704.319)	(248.510)	(510.000)	-	(1.462.829)
Aumento de Capital	-	-	-	(425.342)	(425.342)
Pagamentos de principal e juros	<u>816</u>	<u>1.024.616</u>	<u>383.339</u>	<u>-</u>	<u>1.408.771</u>
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(703.503)	776.106	(126.661)	(425.342)	(479.400)
Outras variações					
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(213.739)	(131.907)	(48.698)	-	(394.344)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	3.072	-	3.072
Total das outras variações	(213.739)	(131.907)	(45.626)	-	(391.272)
Saldo Final	<u>(2.742.252)</u>	<u>(976.220)</u>	<u>(172.287)</u>	<u>(755.342)</u>	<u>(4.646.101)</u>

21. Evento subsequente

Aumento de capital

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 247.000 dividido em 247.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, totalmente integralizado em 04 de janeiro de 2018.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Luis Augusto Valença de Oliveira	Diretor Presidente
Sami Farah Junior	Diretor Administrativo Financeiro
Juvêncio Pires Terra	Diretor de Engenharia
Rodolfo Daniel Gonzalez	Diretor Operacional
Cláudio Augusto Soares de Andrade	Diretor de Implantação de Sistema e de Material Rodante

Composição do Conselho de Administração

Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Roberto Vollmer Labarthe	Conselheiro

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 S/BA